

MAPEAMENTO DO TURISMO EM  
COMUNIDADES  
**INDÍGENAS**  
NO BRASIL  
SUMÁRIO EXECUTIVO



**Leilianne Michelle Trindade da Silva Barreto**  
**Ricardo Lanzarini**  
(organizadores)

**Carolina Todesco**  
**Michel Jairo Vieira Araújo da Silva**  
(pesquisadores conteudistas)

**MAPEAMENTO DO TURISMO EM**  
**COMUNIDADES**  
**INDÍGENAS**  
**NO BRASIL**  
**SUMÁRIO EXECUTIVO**

# FICHA TÉCNICA

## **República Federativa do Brasil**

### **Presidente da República**

Luiz Inácio Lula da Silva

### **Ministro de Estado do Turismo**

Celso Sabino de Oliveira

### **Secretária Nacional de Políticas de Turismo**

Cristiane Leal Sampaio

### **Diretor do Departamento de Qualidade, Sustentabilidade e Ações Climáticas no Turismo**

Aldo Luiz Valentim

### **Coordenadora Geral de Turismo Sustentável e Responsável**

Carolina Fávero de Souza

### **Coordenadora de Turismo Responsável**

Tatiana Oliveira Delgado Correia

### **Coordenação e Revisão Técnica - MTur**

Carolina Fávero de Souza

Tatiana Oliveira Delgado Correia

Bruno Pastre Máximo

### **Coordenação do Projeto “Brasil, Turismo Responsável” – UFRN**

Leilianne Michelle Trindade da Silva Barreto

Ricardo Lanzarini

### **Revisão Científica – UFRN**

Leilianne Michelle Trindade da Silva Barreto

### **Pesquisadores Conteudistas – UFRN**

Carolina Todesco

Michel Jairo Vieira Araújo da Silva

### **Colaboradores – UFRN**

Maria José Pimentel

Kelvey de Souza Cruz

Nicolas Gabriel Dantas de Oliveira

### **Projeto Gráfico e Diagramação**

Caule de Papiro

**Reitor**

José Daniel Diniz Melo

**Vice-Reitor**

Henio Ferreira de Miranda

**Diretoria Administrativa da EDUFRN**

Maria das Graças Soares Rodrigues (Diretora)

Helton Rubiano de Macedo (Diretor Adjunto)

**Conselho Editorial**

Maria das Graças Soares Rodrigues (Presidente)

Judithe da Costa Leite Albuquerque (Secretária)

Adriana Rosa Carvalho

Alexandro Teixeira Gomes

Anne Christine Damásio

Cândida Maria Bezerra Dantas

Cassiano de Almeida Barros

Cícero Flávio Soares Aragão

Cláudio Marcos Teixeira de Queiroz

Eliane Santos Cavalcante

Euzébia Maria de Pontes Targino Muniz

Francisco Wildson Confessor

Ismenia Blavatsky de Magalhães

Jacqueline de Araújo Cunha John

Fontenele Araújo

Leonardo Mendes Alvares

Lígia Rejane Siqueira Garcia

Marcelo Gomes Pereira

Márcio Dias Pereira

Olívia Moraes de Medeiros Neta

Rogério de Araújo Lima

Samuel Anderson de Oliveira Lima

Tarciro Nortarson Chaves Mendes

Tatyana Mabel Nobre Barbosa

Winifred Knox

**Secretária de Educação a Distância**

Maria Carmem Freire Diógenes Rêgo

**Secretária Adjunta de Educação a Distância**

Ione Rodrigues Diniz Moraes

**Coordenadora de Produção de Materiais Didáticos**

Maria Carmem Freire Diógenes Rêgo

**Coordenação Editorial**

Mauricio Oliveira Jr.

**Gestão do Fluxo de Revisão**

Fabiola Barreto Gonçalves

**Gestão do Fluxo de Editoração**

Mauricio Oliveira Jr.

**Conselho Técnico-Científico – SEDIS**

Maria Carmem Freire Diógenes Rêgo – SEDIS (Presidente)

Aline de Pinho Dias – SEDIS

Apuena Vieira Gomes - SEDIS

Célia Maria de Araújo – CE

Ione Rodrigues Diniz Moraes – SEDIS

Lilian Giotto Zarus de Medeiros – CB

Ricardo Alexsandro de Medeiros Valentim – CT

Sulemi Fabiano Campos – CCHLA



Fundada em 1962, a Editora da UFRN continua até hoje dedicada à sua principal missão: produzir impacto social, cultural e científico por meio de livros. Assim, busca contribuir, permanentemente, para uma sociedade mais digna, igualitária e inclusiva.

Publicação digital financiada com recursos do Fundo de Pós-graduação (PPG-UFRN). A seleção da obra foi realizada pela Comissão de Pós-graduação, com decisão homologada pelo Conselho Editorial da EDUFRN, conforme Edital nº 01/2023-PPG/EDUFRN/SEDIS, para a linha editorial Técnico-científica, de acordo com o disposto no processo 23077.157951/2023-66.

**Como citar esta obra:**

BRASIL. Ministério do Turismo. **Mapeamento do turismo em comunidades indígenas no Brasil**: sumário executivo. Natal: EDUFRN, 2025. Leilianne Michelle Trindade da Silva Barreto, Ricardo Lanzarini (org.).

Coordenadoria de Processos Técnicos  
Catalogação da Publicação na Fonte. UFRN / Biblioteca Central Zila Mamede

Mapeamento do turismo em comunidades indígenas no Brasil [recurso eletrônico]: sumário executivo / Leilianne Michelle Trindade da Silva Barreto, Ricardo Lanzarini (organizadores); [pesquisadores conteudistas Carolina Todesco, Michel Jairo Vieira Araújo da Silva]. – Dados eletrônicos (1 arquivo: 41.000 KB). – [Brasília, DF: Ministério do Turismo]; Natal, RN: EDUFRN, 2025.

Modo de acesso: World Wide Web.  
<<http://repositorio.ufm.br>>  
Título fornecido pelo criador do recurso. Projeto Brasil, Turismo  
Responsável ISBN 978-65-5569-629-5

1. Turismo – Brasil. 2. Indígenas – Brasil – Turismo. 3. Turismo cultural. I. Barreto, Leilianne Michelle Trindade da Silva. II. Lanzarini, Ricardo. III. Todesco, Carolina. IV. Si Iva, Michel Jairo Vieira Araújo da.

RN/UF/BCZM 2025/26 CDD 338.479181  
CDU 338.48(81)

Elaborado Gersonaide de Souza Venceslau – CRB-15/311

Todos os direitos desta edição reservados à EDUFRN – Editora da UFRN

Av. Senador Salgado Filho, 3000 | Campus Universitário

Lagoa Nova | 59.078-970 | Natal/RN | Brasil

e-mail: [contato@editora.ufrn.br](mailto:contato@editora.ufrn.br) | [www.editora.ufrn.br](http://www.editora.ufrn.br)

Telefone: 84 3342 2221



**BRASIL**  
TURISMO RESPONSÁVEL

MINISTÉRIO DO  
TURISMO

GOVERNO DO  
BRASIL  
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

## Carta de Apresentação

O Turismo Responsável representa uma abordagem que busca sanar ou mitigar os efeitos negativos e intensificar os efeitos positivos gerados pela atividade turística, promovendo práticas que resultam no desenvolvimento sustentável e em experiências mais significativas para todos os envolvidos. Essa perspectiva envolve a tomada de responsabilidade por parte dos diferentes atores do turismo e insere a comunidade local como protagonista do processo.

No Brasil, esse movimento vem ganhando força nos últimos anos, conquistando cada vez mais adeptos em diversos segmentos. Neste contexto, o Ministério do Turismo tem desempenhado um papel crucial na promoção do Turismo Res-

ponsável, implementando inúmeras iniciativas no cenário nacional. Uma delas é o projeto “Brasil, Turismo Responsável”, que tem o objetivo de orientar destinos turísticos brasileiros quanto à implementação de ações de gestão responsável, incentivando a adoção de boas práticas por gestores públicos e privados, prestadores de serviços turísticos, comunidade local e turistas, de modo a promover a troca de experiências positivas, além de sensibilizar os atores envolvidos para a preservação do meio ambiente, a manutenção da cultura e a valorização de comunidades tradicionais.

O projeto é fruto de uma parceria entre o Ministério do Turismo e o Departamento de Turis-

mo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), compreendendo um conjunto de dezoito ações de abrangência nacional. Entre os principais produtos, é possível citar: o desenvolvimento de materiais técnico-orientadores sobre turismo em comunidades tradicionais brasileiras, com o detalhamento das etapas e procedimentos a serem realizados para fomentar o processo de implementação do Turismo de Base Comunitária; produção de conteúdo audiovisual educativo; elaboração de Planos de Visitação Turística em três comunidades indígenas; realização de eventos nacionais e internacionais que versam sobre o Turismo Responsável; e a oferta de cursos de extensão EAD sobre Turismo Responsável.



O projeto se desenvolve em consonância com o Acordo de Cooperação Técnica (ACT) celebrado entre o Ministério do Turismo e importantes instituições nacionais que se dedicam à pauta indígena, contando com o apoio da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), do Ministério dos Povos Indígenas (MPI), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e da Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur). A referida cooperação tem o objetivo de apoiar o desenvolvimento e a comercialização de experiências e de produtos turísticos, de forma responsável, bem como a promoção do ecoturismo e do etnoturismo de base comunitária em territórios indígenas.

Nesta conjuntura, grande atenção tem sido dada ao desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária em comunidades indígenas. De acordo com o Censo de 2022, a população indígena no Brasil é formada por aproximadamente 1,7 milhão de pessoas e está presente em todo o território nacional, com maior predominância nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O

turismo, se desenvolvido de forma responsável, pode ser uma atividade promissora para essas comunidades, contribuindo para a conservação da sociobiodiversidade, para a valorização da cultura, dos saberes e fazeres locais, para a geração e distribuição de renda, para a melhoria da qualidade de vida e para a integração socioeconômica de jovens e mulheres indígenas.

Apesar de todo esse potencial e do número crescente de comunidades indígenas que desenvolvem atividades turísticas, pouco se conhece sobre a realidade do turismo envolvendo os povos originários no território nacional. Assim, o presente documento vem preencher essa lacuna referente à carência de informações, apresentando o panorama geral do turismo em comunidades indígenas no Brasil. O relatório apresenta a distribuição espacial das iniciativas de turismo em comunidades indígenas, as etnias envolvidas, a situação dos Planos de Visitação Turística em Terras Indígenas, os segmentos explorados, as experiências turísticas ofertadas, os benefícios e problemas gerados pelo turismo nas comunidades indígenas, entre outras informações.

Esse mapeamento revelou um cenário dinâmico e complexo do turismo em comunidades indígenas no Brasil, possibilitando identificar avanços, desafios e oportunidades para o desenvolvimento do Turismo Responsável envolvendo os povos originários. A partir desta iniciativa inovadora, o Ministério do Turismo visa subsidiar políticas, programas e ações voltadas ao Turismo Responsável direcionadas a esse grupo social específico. A compilação de dados detalhados possibilitou o desenvolvimento de um diagnóstico abrangente e esclarecedor, estimulando a promoção de boas práticas e potencializando a promoção do Turismo Sustentável e Responsável nas comunidades indígenas, de modo que elas possam assumir o protagonismo da atividade e se beneficiarem de todo esse processo.

## **Ministério do Turismo e Projeto “Brasil, Turismo Responsável”**

# Sumário

INTRODUÇÃO .....	9
COMUNIDADES E ETNIAS INDÍGENAS ENVOLVIDAS COM TURISMO .....	11
TURISMO EM TERRAS INDÍGENAS .....	14
PLANOS DE VISITAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS .....	18
INICIATIVAS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO .....	21
INICIATIVAS NO MAPA DO TURISMO BRASILEIRO .....	23
ORGANIZAÇÃO INDÍGENA E TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA .....	28
PARCERIAS INSTITUCIONAIS .....	31
INÍCIO DA ATIVIDADE TURÍSTICA E ESTÁGIO DE DESENVOLVIMENTO .....	33
VISITANTES, SEGMENTOS E EXPERIÊNCIAS TURÍSTICAS .....	36
AGENTES INTERMEDIÁRIOS E CANAIS DE COMUNICAÇÃO .....	38
BENEFÍCIOS GERADOS PELO TURISMO .....	40
PROBLEMAS GERADOS PELO TURISMO .....	42
DEMANDAS DAS COMUNIDADES PARA DESENVOLVER O TURISMO RESPONSÁVEL .....	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	47
REFERÊNCIAS .....	49



# INTRODUÇÃO

O Brasil é considerado um dos países de maior diversidade étnica do mundo, o que reflete em seu rico patrimônio cultural e natural. Grande parte da sociodiversidade brasileira se deve à importante presença dos povos originários. No Censo de 2022, 1.693.535 pessoas se autodeclararam indígenas (IBGE, 2023), sendo identificadas 295 línguas indígenas e 391 etnias (Agência IBGE, 2025).

Os povos indígenas não são um grupo homogêneo, mas sim uma diversidade de culturas, línguas, tradições e modos de vida, situados em todas as regiões do país. A diversidade étnica e cultural dos

indígenas reflete nas distintas formas de relação com o meio, de expressões culturais e de crenças espirituais. Entretanto, historicamente, os povos indígenas resistem a um processo de massacre, opressão, silenciamento e invisibilidade de suas existências e culturas, desde a colonização (Krenak, 2015; Guajajara; Santos, 2020; Soares, 2021).

Na contemporaneidade, o Turismo Responsável, por meio do turismo de base comunitária, é considerado uma relevante estratégia de etnodesenvolvimento de povos originários, ao possibilitar a valorização da cultura indígena, a visibilidade

de suas lutas e seus direitos, o reconhecimento de seu território e o respeito entre os povos, constituindo-se em uma atividade complementar às atividades tradicionais. Por outro lado, o turismo realizado de forma irresponsável, antiética e exploratória pode prejudicar significativamente os modos de vida, os territórios e as culturas indígenas.

Nesse contexto, ao observar que a realidade do turismo envolvendo os povos originários no país ainda é muito pouco conhecida, o Ministério do Turismo (MTur), em acordo de cooperação técnica com o Ministério dos Povos Indígenas (MPI), a

Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e a Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur) e em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), no âmbito do projeto “Brasil, Turismo Responsável”, realizou o mapeamento das iniciativas de turismo em comunidades indígenas no território nacional.

Para a realização do mapeamento, foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos: a) Pesquisa bibliográfica e pesquisa exploratória eletrônica; b) Consulta às organizações indígenas e organizações indigenistas; c) Levantamento dos Planos de Visitação em Terras Indígenas junto à Funai; d) Consulta aos Órgãos Oficiais de Turismo Estaduais; e) Consulta às agências de viagens que atuam no segmento do etnoturismo indígena; f) Consulta direta com as comunidades indígenas.

O levantamento das informações foi realizado de julho a dezembro de 2024, principalmente por meio de formulário

do Google Forms; em alguns casos, também foram realizadas entrevistas por videoconferência e visitas presenciais nas comunidades.

As respostas compuseram um banco de dados com um total de 193 formulários preenchidos. Após o processo de triagem foram validados 146 formulários, sendo 104 de respondentes indígenas, dentre eles caciques, vice-caciques, tuxauas, pajés, presidentes de associações indígenas, lideranças indígenas jovens, diretores e professores de escolas indígenas e membros de comunidade indígena. Os demais respondentes eram servidores de órgãos públicos (federais, estaduais e municipais), membros de organizações não-governamentais, proprietários e funcionários de agências de turismo.

É importante destacar que, durante a triagem, não foram excluídas iniciativas de turismo que não se alinham aos princípios do turismo responsável, uma vez que o objetivo geral da pesquisa é apresentar um panorama abrangente do turismo em comunidades indígenas no Brasil. Essa abordagem visa subsidiar políticas, pro-

gramas e ações voltadas ao turismo responsável direcionado a esse grupo social específico.

Os resultados do mapeamento, apresentados a seguir, permitem observar: 1. a distribuição espacial das iniciativas de turismo em comunidades indígenas e as etnias envolvidas; 2. o turismo em Terras Indígenas; 3. a situação dos Planos de Visitação Turística em Terras Indígenas; 4. as unidades de conservação (UC) com turismo em comunidades indígenas; 5. as regiões turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro com iniciativas de turismo indígena; 6. as parcerias institucionais; 7. os segmentos explorados e as experiências turísticas ofertadas pelas comunidades; 8. os agentes intermediários e os canais de comunicação; 9. os benefícios gerados pelo turismo nas comunidades indígenas; 10. os problemas gerados pelo turismo; e 11. as demandas das comunidades para desenvolver o turismo responsável.



# COMUNIDADES E ETNIAS INDÍGENAS ENVOLVIDAS COM TURISMO

Ao todo foram identificadas 146 iniciativas de turismo envolvendo comunidades indígenas no Brasil. A região Norte concentra o maior número de casos de turismo em comunidades indígenas (41,1%), seguida pela região Nordeste (24,7%), Centro-Oeste (19,2%), Sudeste (11,6%) e Sul (3,4%).

Ao considerar o total de iniciativas por estado, o Mato Grosso lidera com o maior número (21), seguido pelos estados do Amazonas (18) e Bahia (15).

Vale destacar que uma mesma iniciativa pode abranger uma ou mais aldeias/comunidades, povos/etnias e terras indígenas, assim como comunidades situadas fora de terras indígenas.

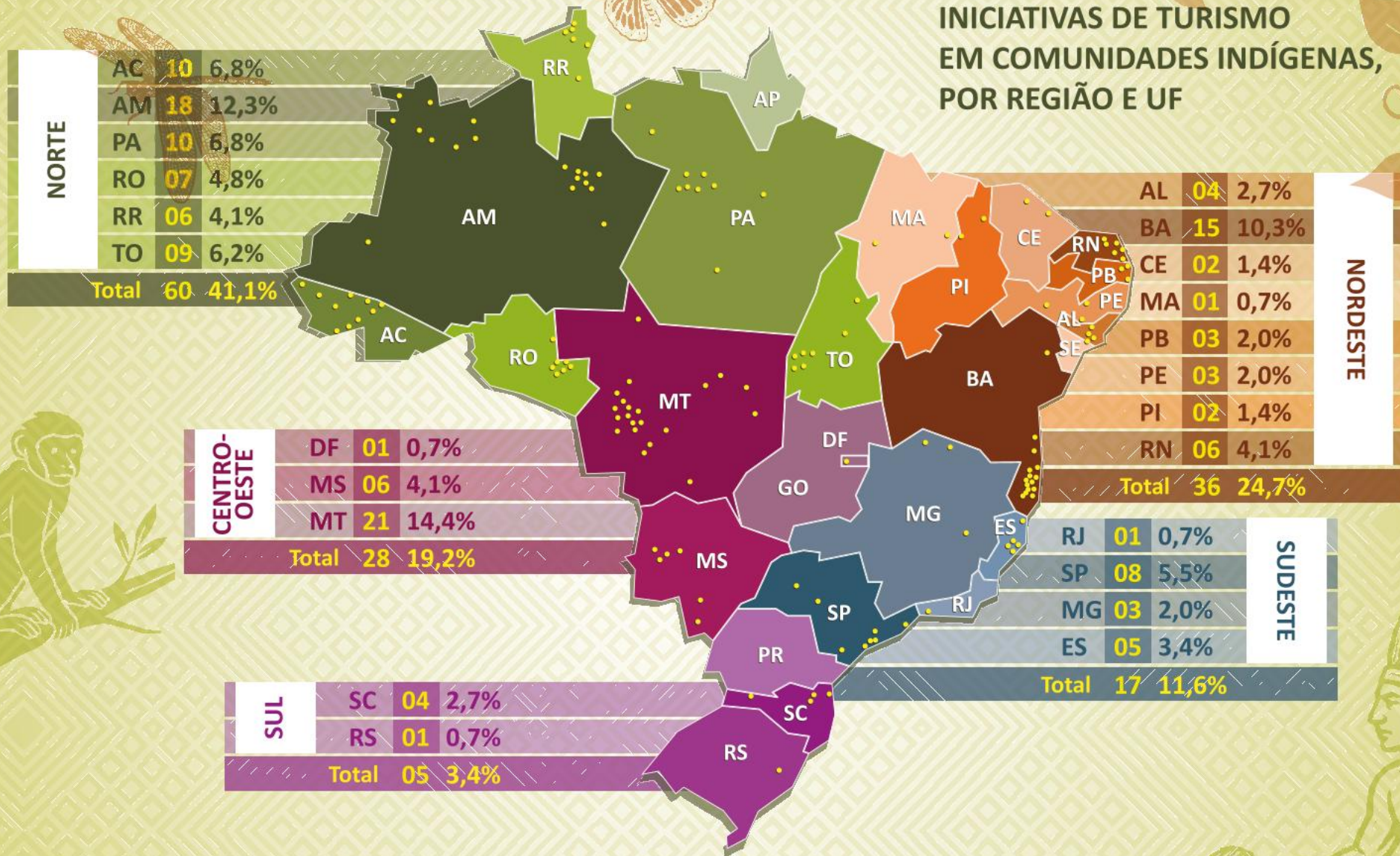
Para fins de esclarecimentos, a aldeia é a unidade política característica dos povos indígenas, que reflete sua forma de organização social e apresenta processos de formação relativamente autônomos, mas vinculadas ao seu grupo maior (o povo), pela história, cultura e genealogia (Fiocruz, 2023). A maioria dos povos opta pelo termo “aldeia”, enquanto alguns usam o termo “comunidade”. Já o termo “povo indígena” encontra semelhança à noção de “etnia indígena” (Fiocruz, 2023). Terra indígena, por sua vez, pode conter várias aldeias/comunidades, assim como vários povos/etnias, e tem seus limites definidos pelo Estado, a partir de estudos e procedimentos administrativos previstos na legislação brasileira.

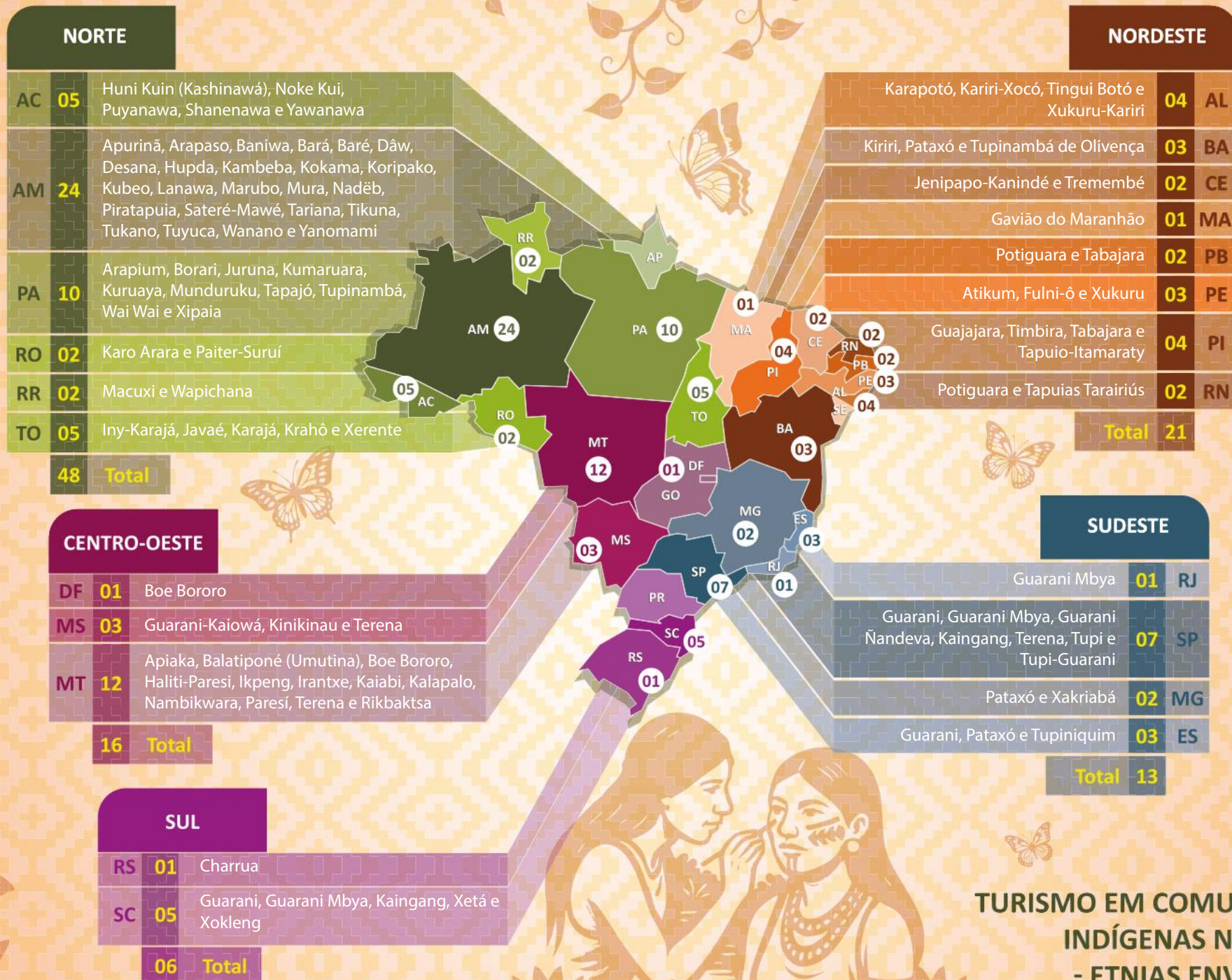
A diversidade étnica dos povos indígenas no Brasil foi destaque no Censo Demográfico de 2022 (Agência IBGE, 2025), no qual o IBGE identificou a existência de 391 etnias (grupos definidos por afinidades linguísticas, culturais e sociais).

Do total de etnias indígenas existentes, verifica-se que 93, ou seja 24%, estão envolvidas com atividades turísticas.

Os estados que apresentam maior diversidade étnica envolvida com o turismo são: o Amazonas (24 etnias), o Mato Grosso (12 etnias) e o Pará (10 etnias).

## INICIATIVAS DE TURISMO EM COMUNIDADES INDÍGENAS, POR REGIÃO E UF





**TURISMO EM COMUNIDADES INDÍGENAS NO BRASIL - ETNIAS ENVOLVIDAS**

# TURISMO EM TERRAS INDÍGENAS

Os dados do Censo de 2022 mostram que 36,7% (622,1 mil) da população indígena residem em terras indígenas (TI) e 63,3% (1,1 milhão) não residem terras indígenas (IBGE, 2024). Todavia, no que se refere ao envolvimento em atividades turísticas, observa-se uma prevalência de iniciativas em terras indígenas. Dos 146 casos, 122 (83,6%) estão situados em 77 terras indígenas.

O estado que apresenta o maior número de terras indígenas envolvidas com ati-

vidades turísticas é o Mato Grosso (11), seguido pelos estados do Amazonas (10), Bahia (6) e São Paulo (6).

O Brasil possuía 805 terras indígenas em diferentes fases do processo demarcatório, até janeiro de 2005 (ISA, 2025); a atividade turística, portanto, está presente em, ao menos, 9,6% do total de terras indígenas do país.

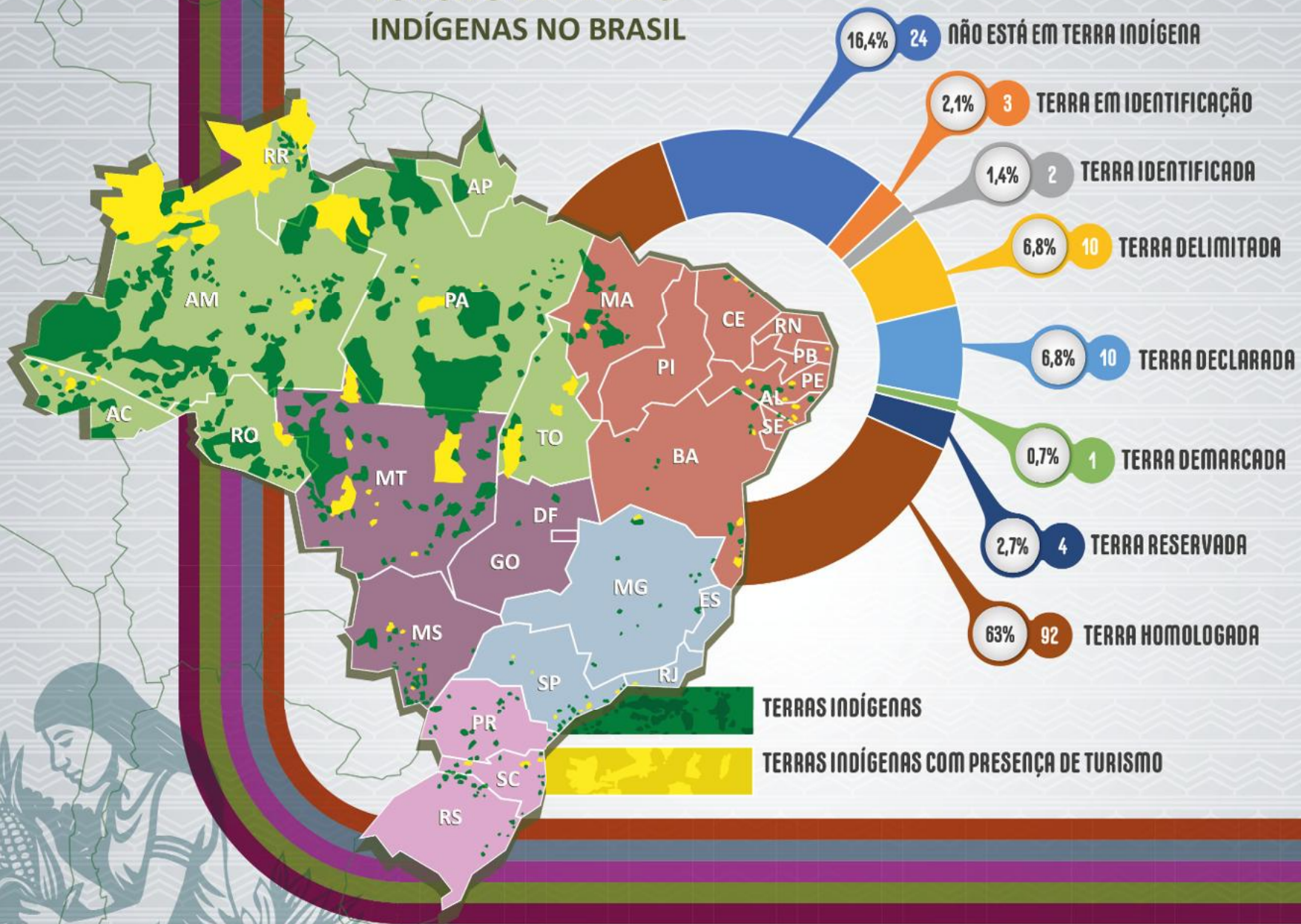
Cabe salientar que o processo de reconhecimento de terra indígena, conforme o Decreto n. 1.775/1996, consiste em vá-

rias etapas: 1ª etapa: Identificação e delimitação; 2ª etapa: Declaração; 3ª etapa: Demarcação física; 4ª etapa: Homologação; 5ª etapa: Registro na Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e conselhos de imóveis.

Em relação à situação jurídica territorial, a maioria das comunidades envolvidas com o turismo se encontra em terra indígena homologada (63%), sendo essa uma das últimas etapas do processo de reconhecimento.



# TURISMO EM TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL





**CENTRO-OESTE**

MS	Amambai	Terra Indígena Amambai
	Aquidauana	Terra Indígena Limão Verde
MS	Dourados	Reserva Indígena de Dourados
	Miranda	Terra Indígena Cachoeirinha
	Miranda	Terra Indígena Pilad Rebuá
	Apiacás	Terra Indígena Apiaká do Pontal e Isolados
	Barra do Bugres	Terra Indígena Umutina
	Brasn rte	Terra Indígena Erikpatsa
	C mpo Novo do Parecis	Terra Indígena Ponte de Pedra
	Campo Novo do Parecis	Terra Indígena Utiariti
	D amantino	Terra Indígena Estação Parecis
MT	Feliz Natal	Parque Indígena Xingu
	Santo Antônio do Leverger	Terra Indígena Tereza Cristina
	Sapezal	Terra Indígena Tircatinga
	Sapezal	Território Indígena Utiariti
	Tangará da Serra	Terra Indígena Pareci



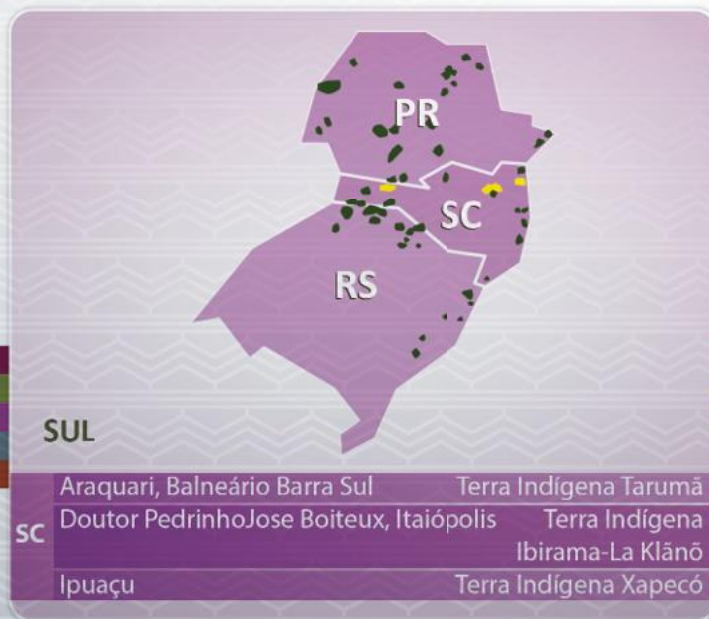
**NO**

	Cruzeiro do Sul	Terra Indígena Campinas-Katukina
	Feijó	Terra Indígena Katukina/Kaxinawa
AC	Mâncio Lima	Terra Indígena Puyanawa
	Tarauacá	Terra Indígena Kaxinawa da Colônia 27
	Tarauacá	Terra Indígena Rio Gregório
	Benjamim Constant	Terra Indígena Tikuna de Santo Antônio
	Borba	Terra Indígena Cunhã-Sapucaia
	Rio Preto da Eva	Reserva Indígena Aldeia Beija Flor
	Santa Isabel do Rio Negro	Terra Indígena Médio Rio Negro II
	Santa Isabel do Rio Negro	Terra Indígena Uneuixi
AM	Santa Isabel do Rio Negro	Terra Indígena Jurubaxi-Téa
	São Gabriel da Cachoeira	Terra Indígena Alto Rio Negro
	São Gabriel da Cachoeira	Terra Indígena Balaio
	São Gabriel da Cachoeira	Terra Indígena Médio Rio Negro I
	São Gabriel da Cachoeira	Terra Indígena Yanomami
	Altamira	Terra Indígena Cachoeira Seca
	Belterra	Terra Indígena Bragança e Marituba
P	Oriximiná	Terra Indígena Trombetas/Mapuera
	Santarém	Terra Indígena Borari/Alter do Chão
	Vitória do Xingu	Terra Indígena Paquiçamba
RO	Cacoal	Terra Indígena Sete de Setembro
	Ji Paraná	Terra Indígena Igarapé Lourdes
RR	Cantá	Terra Indígena Tabalascada
	Normandia	Terra Indígena Raposa Serra do Sol
	Pacaraima	Terra Indígena São Marcos
	Goiatins, Itacajá	Terra Indígena Kraolândia
TO	Lagoa da Confusão, Formoso do Araguaia	Parque Indígena Araguaia
	Lagoa da Confusão	Terra Indígena Inawébohona
	Tocantínia	Terra Indígena Xerente



**NORDESTE**

	Feira Grande	Reserva Indígena Tingui Botó
AL	Palmeira dos Índios	Terra Indígena Xukuru Kariri
	Porto Real do Colégio	Terra Indígena Kariri-Xokó
	São Sebastião	Terra Indígena Karapató
	Banzaê	Terra Indígen Kiriri
	Ilhéus, Una e Buerarema	Terra Indígena Tupinambá de Olivença
BA	Porto Seguro	Terra Indígena Barra Velha do Monte Pascoal
	Porto Seguro	Terra Indígena Barra Velha
	Porto Seguro, Santa Cruz Cabralia	Terra Indígena Coroa Vermelha
	Prado	Terra Indígena Comexatiba (Cahy-Pequi)
CE	Aquiraz	Terra Indígena Lagoa Encantada
	Itapipoca	Terra Indígena Tremembé da Barra do Mundaú
MA	Amarante do Maranhão	Terra Indígena Governador
PB	Baía da Traição	Terra Indígena Potiguara
	Conde	Terra Indígena Jacoca
PE	Águas Belas	Reserva Indígena Fulni-ô
	Carnaubeira da Penha	Terra Indígena Atikum
	Pesqueira	Terra Indígena Xukuru
PI	Lagoa de São Francisco	Reserva Indígena Nazaré



# PLANOS DE VISITAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS

Em 2015, a Funai instituiu a Instrução Normativa (IN) n. 03, a qual estabelece as normas e diretrizes relativas às ativi-

dades de visitação para fins turísticos em terras indígenas. O artigo 2º da IN Funai n. 3/2015 determina que:

“

São objetivos da visitação com fins turísticos em terras indígenas a valorização e a promoção da sociodiversidade e da biodiversidade, por meio da interação com os povos indígenas, suas culturas materiais, imateriais e o meio ambiente, visando à geração de renda, respeitando-se a privacidade e a intimidade dos indivíduos, das famílias e dos povos indígenas, nos termos por eles estabelecidos.

”

A partir da IN Funai n. 3/2015, recomenda-se que as comunidades indígenas situadas em terras indígenas, caso desenvolvam ou tenham interesse em desenvolver o turismo de base comunitária, nos segmentos de etnoturismo e ecoturismo, submetam o Plano de Visitação para análise e aprovação da Funai.

Desde a entrada em vigor da referida instrução normativa, em junho de 2015, até dezembro de 2024, a Funai recebeu ao total 48 Planos de Visitação em Terras Indígenas para análise. Desse montante, 15 planos foram submetidos em 2023, demonstrando um recente crescimento do interesse das comunidades indígenas em planejar e organizar a visitação turística em seus territórios.

Conforme a IN n. 03/2015, o Plano de Visitação, após aprovado, tem validade de três anos, podendo ser prorrogável por igual período. Considerando a situação em 31 de dezembro de 2024, dos 48 planos submetidos à Funai, 14 estavam com validade vigente, 13 em processo de análise, 13 com o prazo encerrado e 7 com o prazo recém-expirado.

Ao observar a localização das terras indígenas com planos de visitação submetidos à Funai, evidencia-se uma alta concentração nos estados do Mato Grosso (23) e Amazonas (15). Comunidades de terras indígenas nos estados do Pará (6), Roraima (3), Bahia (1), Espírito Santo (1), São Paulo (1) e Tocantins (1) também chegaram a elaborar e submeter o plano à Funai.

O conteúdo dos planos submetidos é outro ponto de destaque, visto que, em muitos casos a abordagem volta-se quase que exclusivamente ao segmento do turismo de pesca, que por sinal, não é mencionado pela redação da IN Funai n. 3/2015.

Das 77 terras indígenas com iniciativas de turismo, apenas 9 terras indígenas possuíam planos de visitação com anuência válida em dezembro de 2024, o que demonstra um descompasso entre essas iniciativas e o regulamento da Funai. Mesmo já recebendo visitantes, a enorme maioria das comunidades indígenas ainda não realizou o seu plano de visitação.

Provavelmente, isso ocorre devido ao desconhecimento da instrução normativa, à complexidade da elaboração do plano e à falta de instrução técnica das comunidades para atender às exigências impostas pela IN n. 03/2015. Desse modo, as comunidades ficam dependentes do apoio de organizações não-governamentais, instituições de ensino e pesquisa e de outros parceiros institucionais para desenvolver seu plano de visitação. Porém, essa colaboração técnica nem sempre é ofertada ou disponível.

Os dados da pesquisa revelam que, das 146 iniciativas identificadas (situadas dentro e fora de terras indígenas): 43,2% não possuem plano de visitação; 24,7% estão em fase de elaboração do plano de visitação; 19,9% afirmam que o plano de visitação foi elaborado e é devidamente implementado; e 7,5% afirmam que o plano de visitação foi elaborado e não é devidamente implementado. Esse cenário indica a necessidade de maior apoio e suporte às comunidades indígenas no processo de elaboração e implementação do plano de visitação.



PLANOS DE VISITAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS  
SUBMETIDOS À FUNAI (2015-2024)

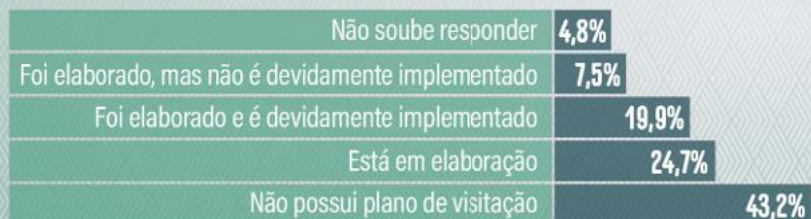


SITUAÇÃO DOS PLANOS DE VISITAÇÃO  
EM TERRAS INDÍGENAS, CONFORME  
A FUNAI (2024), POR UF

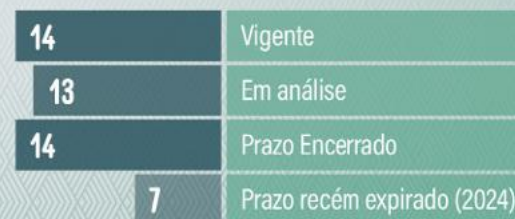


Nota: 3 planos de visitação abrangem mais de um estado.

TURISMO EM COMUNIDADES INDÍGENAS,  
CONFORME A SITUAÇÃO DO  
PLANO DE VISITAÇÃO



SITUAÇÃO DOS PLANOS DE VISITAÇÃO  
EM TERRAS INDÍGENAS SUBMETIDOS  
À FUNAI (2015-2024)



# INICIATIVAS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO



Pelos resultados do mapeamento verifica-se que: 57,5% das iniciativas de turismo em comunidades indígenas estão localizadas em terras indígenas sem sobreposição de unidade de conservação (UC); 26% estão em terras indígenas com sobreposição de unidades de conservação (14,4% em UCs de proteção integral e 11,6% em UCs de uso sustentável); 9,6% das iniciativas ocorrem exclusivamente em unidades de conservação (2,7% em UC de proteção integral e 6,8% em UC de uso sustentável); e 6,8% não ocorrem

nem em terras indígenas nem em UCs.

De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), instituído pela Lei n. 9.985/2000, as UCs se dividem em dois grupos: Unidades de Proteção Integral; e Unidades de Uso Sustentável. O objetivo das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais; enquanto o objetivo das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela

dos seus recursos naturais (Brasil, 2000).

Das 146 iniciativas de turismo em comunidades indígenas, 27 (18,5%) estão abrangidas por UC de proteção sustentável (com ou sem sobreposição em TI), distribuídas em 5 categorias: Área de Proteção Ambiental - APA (15); Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS (6); Reserva Extrativista - Resex (4); Floresta Nacional - Flona (1); e Área de Relevante Interesse Ecológico - Arie (1). Como exemplos, podemos destacar casos de turismo em comunidades indígenas na: RDS Puran-

**INICIATIVAS DE TURISMO EM COMUNIDADES INDÍGENAS, CONFORME ÁREAS PROTEGIDAS (TI E UCS)**



**INICIATIVAS DE TURISMO EM COMUNIDADES INDÍGENAS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, POR CATEGORIA**



ga Conquista (AM); RDS do Tupé (AM); Resex Tapajós-Arapiuns (PA); Resex do Batoque (CE); e APA Coroa Vermelha (BA).

Já as iniciativas em unidades de proteção integral (com ou sem sobreposição em TI) totalizam 25 (17%), distribuídas em 3 categorias: Parque Nacional/Estadual - Parna (20); Reserva Biológica - Rebio (4) e Refúgio da Vida Silvestre - Revis (1). Desses, podemos destacar casos de turismo em comunidades indígenas no: Parque Nacional Pico da Neblina (AM); Parque Nacional do Descobrimento (BA); Parque Nacional Monte Pascoal (BA); e Parque Nacional do Araguaia (TO).

Considerando a sobreposição de terras indígenas, especialmente com áreas de unidades de conservação de proteção integral, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICM-Bio) e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) iniciaram em 2023 a elaboração de uma Instrução Normativa Conjunta para estabelecer os procedimentos para a solicitação e autorização de visitação com fins turísticos em territórios indígenas sobrepostos com unidades de conservação federais. A instrução normativa conjunta ainda não foi instituída, porém o conteúdo proposto já passou por consulta pública de 18 de outubro a 11 de novembro de 2024.

# INICIATIVAS NO MAPA DO TURISMO BRASILEIRO

Em relação ao Mapa do Turismo Brasileiro (versão de 2024), das iniciativas identificadas: 76% estão situadas em municípios pertencentes a uma região turística e 24% não se situam em região turística.

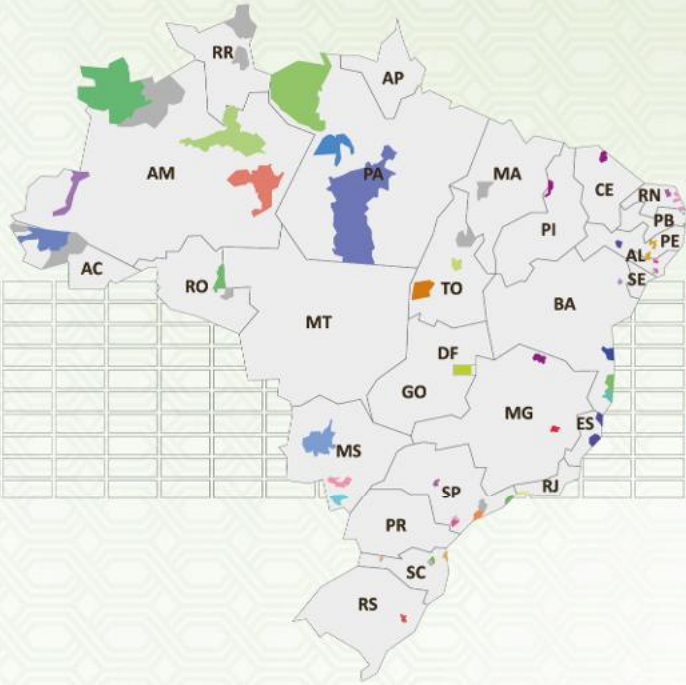
A região turística que apresenta o maior número de comunidades indígenas envolvidas com o turismo é a Região Turística das Nascentes, no estado do Mato Grosso, totalizando 14 iniciativas. Em segundo lugar, o Polo Amazônico, no estado

do Amazonas, com 8; e em terceiro lugar, a Costa do Descobrimento, no estado da Bahia, com 7.

Por outro lado, o município de Santa Isabel do Rio Negro, no estado do Amazonas, não pertence a uma região turística, porém apresenta um número elevado de aldeias (17) envolvidas com o turismo, especificamente o turismo de pesca, nas Terras Indígenas Uneuixi, Médio Rio Negro II e Jurubaxi-Téa. Outros municí-

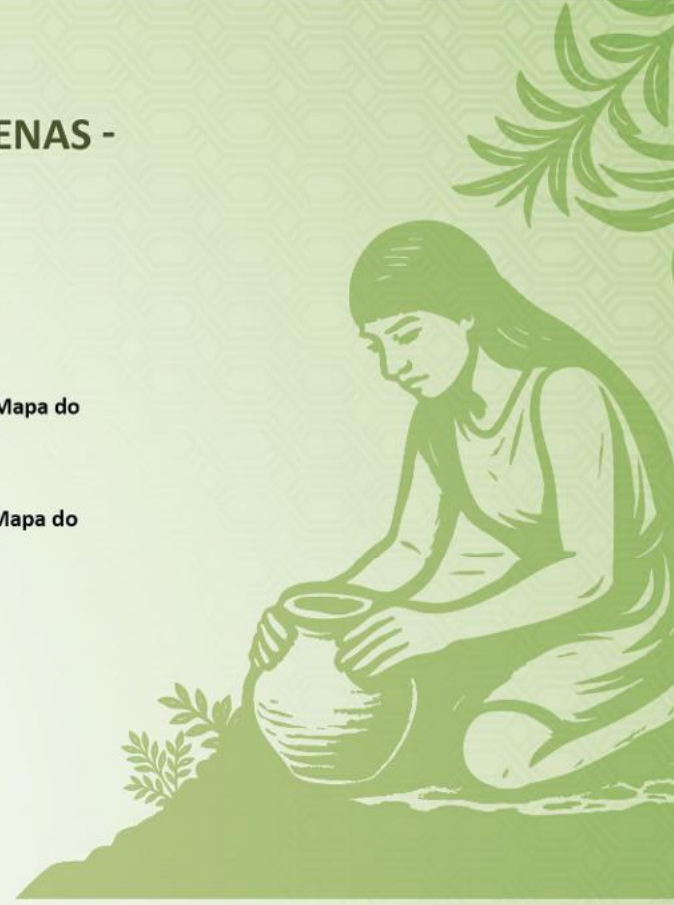
pios que não estão no Mapa do Turismo Brasileiro e apresentam um número expressivo de aldeias envolvidas com o turismo são Feijó, no estado do Acre, e Cacoal, no estado de Rondônia. O estado de Roraima apresenta três municípios com comunidades indígenas envolvidas com turismo - Cantá, Normandia e Pacaraima - e nenhum deles pertence a uma região turística.

# TURISMO EM COMUNIDADES INDÍGENAS - REGIÕES DO MAPA DO TURISMO BRASILEIRO (2024)



**76%**  
Sim, pertence ao Mapa do Turismo Brasileiro

**24%**  
Não pertence ao Mapa do Turismo Brasileiro



## SUDESTE



ES	REGIÃO TURÍSTICA	MUNICÍPIO	COMUNIDADES INDÍGENAS		
Do Verde e das Águas		Aracruz	Aldeia Piraquê-Açu, Nova Esperança, Caieiras Velha, Boa Esperança		
		Conceição da Barra	Aldeia Jacó Pataxó		
Mata Atlântica de Minas	Serra Geral d Norte de Minas	Velho Chico	Aldeia Gerú Tucunã Pataxó		
				Açucena	Aldeia Ktékwapo
				Gameleiras	Terra Indígena Xakriabá
		São João das Missões			
RJ	Costa Verde	Angra dos Reis	Aldeia Mbyá Guarani de Sapukai		
SP	Cavernas da Mata Atlântica	Eldorado	Reserva Indígena Takuari Eldorado		
		Avaí	Aldeia Kopenoti-Araribá		
	Coração Paulista	Peruíbe	Aldeia Tabaçu Reko Ypy		
		Itanhaém	Aldeias Yakã Mirim, Poty'i		
	Litoral Norte de São Paulo	Ubatuba	Aldeias Rio Bonito, Boa Vista, Akaray		
Não integra o Mapa do Turismo	Braúna	São Paulo			
		São Paulo	Aldeia Kalipety		



# NORTE



AC	REGIÃO TURÍSTICA	MUNICÍPIO	COMUNIDADES INDÍGENAS
	Caminhos das Aldeias e da Biodiversidade	Tarauacá	Aldeia Samaúma Shonoya
	Não integra o Mapa do Turismo	Cruzeiro do Sul	Povo Yawanawa, Aldeia Pinuya, Aldeias Belo Monte, Boa União, Niawesty, Shaneyhu, Shane Kaya, Nova Vida
		Feijó	
		Mâncio Lima	Terra Indígena Puyanawa

AM			
	Não integra o Mapa do Turismo	Santa Isabel do Rio Negro	Aldeias Cartucho, São Francisco, Acariquara, Monte Alegre, Matozinho, Nazaré do Uneixi, Tabocal do Uneixi, Toari, Roçado, Castanheiro, Uacará, Boa Vista, Massarabi, Plano, São João II, Uábada II, Aruti
	Polo Alto Rio Negro	São Gabriel da Cachoeira	Aldeias Maturacá, Balaio, São Jorge, Mercês, Curicuriari, Cabari, Pana-Paná
	Polo Alto Solimões	Benjamin Constant	Aldeia Filadélfia
	Polo Amazônico	Iranduba	Aldeia Sahu-Apé
		Manaus	Aldeias Tatuyo, Cipiá, Tuyuca, Nova Esperança, Diakuru
		Novo Airão	Aldeia Maku Itá
		Rio Preto da Eva	Aldeia Beija-Flor
	Polo Madeira	Borba	Aldeia Sapucaia

PA			
	Região Turística do Baixo Tapajós	Belterra	Aldeia Bragança
		Santarém	Aldeias São Miguel, São Pedro do Tapajós, Vista Alegre do Capixauá, Alter do Chão do Povo Borari, Espaço Yamoo
	Região Turística Rio Amazonas	Oriximiná	Aldeias Mapuera, Tawanã
	Região Turística Xingu	Altamira	Aldeia Kujubim
		Vitória do Xingu	Volta Grande do Xingu da Terra Indígena Paquiquamba

RO			
	Não integra o Mapa do Turismo	Cacoal	Aldeias Gakapy - linha 12, Lapetanha, Wagoh Pakob, Paiter, Gabgir, Payamah
	Polo Turístico Rota das Águas	Ji Paraná	Aldeia Tê Xaragá

RR			
	Não integra o Mapa do Turismo	Cantá	Terra Indígena Tabalascada
		Normandia	Comunidade Raposa I
		Pacaraima	Comunidade Kauwê do Alto Miang, Ouro Preto, Cachoeirinha, Táxi II

TO			
	Ilha do Bananal	Lagoa da Confusão	Aldeias Boto Velho, Santa Isabel do Morro, JK, Horotory-Hawa, Fontoura, Kuriawa, Kaxiwé, Watau, Werebia, Hataná, Kuriala, Kutaria, Nova Tytemã, Werreria, Bela Werreria, Txuiri, Canoanã
	Não integra o Mapa do Turismo	Goiatins	Aldeias da Barra, Capitão do Campo, Cachoeira, Manoel Alves
	Serras e Lagos	Tocantínia	Aldeias Funil, Porteira, Nrôzawi

# CENTRO-OESTE



DF	REGIÃO TURÍSTICA	MUNICÍPIO	COMUNIDADES INDÍGENAS
	Brasília	Brasília	Aldeia Areme Eia

## MT

	Não integra o Mapa do Turismo	Diamantino Feliz Natal Querência Santo Antônio do Leverger	Aldeia Estação Paresi Aldeia Moygu Aldeia Arayo Aldeia Ilha Grande Aldeia Galdino Pimentel
	Região Turística da Amazônia Matogrossense	Apiacás	Aldeias Pontal Juruena, Umutina-Balatiponé
	Região Turística das Nascentes	Barra do Bugres Brasnorte Campo Novo do Parecis Sapezal Tangará da Serra	Aldeia Umutina-Balatiponé Aldeia Nova Rikbaktsa Aldeias Chapada Azul, Wazare, Quatro Cachoeiras, Otyahaliti, Sacre II Salto Belo, Ponte de Pedra Povo Terena, Terra Indígena Trecatinga, Aldeia Salto da Mulher, Aldeia Rio Sacre Comunidade Haliti-Paresi
	Região Turística Xingu	Canarana	Aldeia Tehuhungu

## MS

	Caminho da Fronteira	Amambai	Aldeia Amambai
	Celeiro do MS	Dourados	Aldeias Jaguapiru, Bororó
	Pantanal	Aquidauana	Terra Indígena Limão Verde Terra Indígena Cachoeirinha, Comunidade Boa Esperança, Aldeia Mãe Terra da Comunidade Kinikinau
		Miranda	

# SUL



RS	REGIÃO TURÍSTICA	MUNICÍPIO	COMUNIDADES INDÍGENAS
	Delta do Jacuí	Porto Alegre	Aldeia Polidoro Charrua

## SC

	Caminho dos Príncipes	Araquari	Aldeia Ka'aguy Mirim Porã
	Grande Oeste	Ipuaçu	Aldeia Sete
	Vale Europeu	Doutor Pedrinho	Aldeia Bugio
	Não integra o Mapa do Turismo	José Boiteux	Aldeia Toldo



# NORDESTE



AL	REGIÃO TURÍSTICA	MUNICÍPIO	COMUNIDADES INDÍGENAS
	Não integra o Mapa do Turismo	Feira Grande Porto Real do Colégio	Terra Indígena Tingui Bot Aldeia Kariri-Xocó
	Região do Agreste	Palmeira dos Índios São Sebastião	Aldeia Mata da Cafuna Aldeia Karapotó Terra Nova

BA	REGIÃO TURÍSTICA	MUNICÍPIO	COMUNIDADES INDÍGENAS
	Caminhos do Sertão	Banzaê	Aldeia Areme Eia
	Costa das Baleias	Prado	Aldeia Tiba, Kaí, Gurita, Pataxó Pequi, Alegria Nova
	Costa do Cacau	Ilhéus	Aldeia Taba Jairy, Povo Tupinambá de Olivença
	Costa do Descobrimento	Porto Seguro	Aldeias Reserva Pataxó da Jaqueira, Reserva Pataxó Porto do Boi, Pataxí Pataxó Akuã Tarakwatê, Pataxó Pé do Monte, Pataxó Juerana
		Santa Cruz Cabralia	Aldeias Pataxó Coroa Vermelha, Pataxó Txag'rú Mirawê

CE	REGIÃO TURÍSTICA	MUNICÍPIO	COMUNIDADES INDÍGENAS
	Rota Costa dos Ventos	Itapipoca	Terra Indígena Tremembé da Barra do Mundaú
	Rota das Falésias	Aquiraz	Aldeia Lagoa Encantada

PB	REGIÃO TURÍSTICA	MUNICÍPIO	COMUNIDADES INDÍGENAS
	Costa das Falésias	Conde	Aldeia Vitória
	Trilhas dos Potiguara	Baía da Traição	Aldeia São Miguel
	Não integra o Mapa do Turismo	Marcação	Aldeia Tramataia

PE	REGIÃO TURÍSTICA	MUNICÍPIO	COMUNIDADES INDÍGENAS
	Fé e Arte	Águas Belas Pesqueira	Reserva Indígena Fulni-ô Xukurú do Ororubá
	Ilhas e Lagos do São Francisco	Carnaubeira da Penha	Aldeia Olho D'água do Padre

PI	REGIÃO TURÍSTICA	MUNICÍPIO	COMUNIDADES INDÍGENAS
	Não integra o Mapa do Turismo	Lagoa de São Francisco	Aldeia Nazaré
	Polo Teresina	Teresina	Aldeia Ukair

RN	REGIÃO TURÍSTICA	MUNICÍPIO	COMUNIDADES INDÍGENAS
	IGR Costa das Dunas	Canguaretama	Aldeia Potiguara Katu
		Ceará-Mirim	Aldeia Potiguara Ibirapi de Lagoa Grande
		Macaíba	Aldeia Ladeira Grande
	Polo Potengi	Natal	Instituto Gamboa do Jaguaribe
		João Câmara	Comunidade do Amarelão, Aldeia Santa Terezinha

MA	REGIÃO TURÍSTICA	MUNICÍPIO	COMUNIDADES INDÍGENAS
	Não integra o Mapa do Turismo	Amarante do Maranhão	Povo Gavião do Maranhão

# ORGANIZAÇÃO INDÍGENA E TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

No Brasil, as associações e organizações indígenas emergiram entre as décadas de 1970 e 1980 como instrumentos de resistência, dedicando-se à defesa de direitos territoriais, culturais e da autonomia dos povos originários. Com a redemocratização política no país e a Constituição Federal de 1988, essas organizações se multiplicaram e buscaram se formalizar como pessoas jurídicas.

Dentre as comunidades identificadas pela pesquisa, verifica-se que 86% afirmaram ter uma organização comunitária, formal ou informal, para tratar dos assuntos de interesse coletivo. Essas organizações não se restringem a tratar somente do

desenvolvimento da atividade turística. Se por um lado, isso pode dar menos espaço para a pauta do turismo nos encontros e diálogos comunitários, por outro, contribui para que as tomadas de decisão sejam feitas de forma integrada a outros aspectos da vida em comunidade.

As comunidades indígenas, entretanto, apresentam realidades muito distintas em relação: ao nível de autonomia e autogestão da atividade turística; à oferta de experiências etnoculturais; à cooperação e solidariedade entre os envolvidos; às parcerias justas e transparentes. Todavia, 83% das comunidades definem sua forma de gestão do turismo como Turis-

mo de Base Comunitária (TBC), 11% não souberam informar e 6% afirmaram ser de outras formas, tais como turismo de massa/turismo convencional.

É importante reconhecer que as comunidades indígenas possuem, em geral, estruturas sociais de organização que prezam pela coletividade e pela consulta ampla entre seus membros. Porém, para considerar uma iniciativa de Turismo de Base Comunitária é preciso um conjunto maior de elementos que correspondam aos princípios do TBC. Conforme a obra “Turismo Responsável no Brasil”, do Ministério do Turismo (Brasil, 2023):

“

Turismo de Base Comunitária corresponde a formas de gestão do turismo que prezam pelo protagonismo das comunidades anfitriãs e em sua participação ativa nos processos de tomada de decisão referentes ao desenvolvimento do turismo em seus territórios, com o compromisso de gerar benefícios coletivos, promover a solidariedade e a cooperação entre os envolvidos, valorizar a cultura local, proteger a natureza e proporcionar a troca de saberes, vivências e experiências interculturais entre visitantes e comunidades. (Brasil, 2023, p. 85)

”

Com base na mesma obra, são considerados princípios do TBC: a autogestão, a equidade social, a solidariedade, a cooperação, a responsabilidade socioambiental e a interculturalidade. O TBC depende, portanto, de um constante processo de empoderamento das comunidades frente às lógicas de exploração e submissão

que, muitas vezes, empresas e visitantes impõem às comunidades.

Um instrumento importante para as comunidades indígenas que desenvolvem o turismo de base comunitária, além do plano de visita já tratado anteriormente, é o Manual de Conduta do Visitante, pois a visita turística precisa

ocorrer de forma responsável e respeitando as regras, as normas e os valores das comunidades anfitriãs.

No entanto, das comunidades identificadas: 45% não elaboraram o manual de conduta do visitante; 23% estão em fase de elaboração do manual; 21% possuem manual de conduta do visitante devidamente

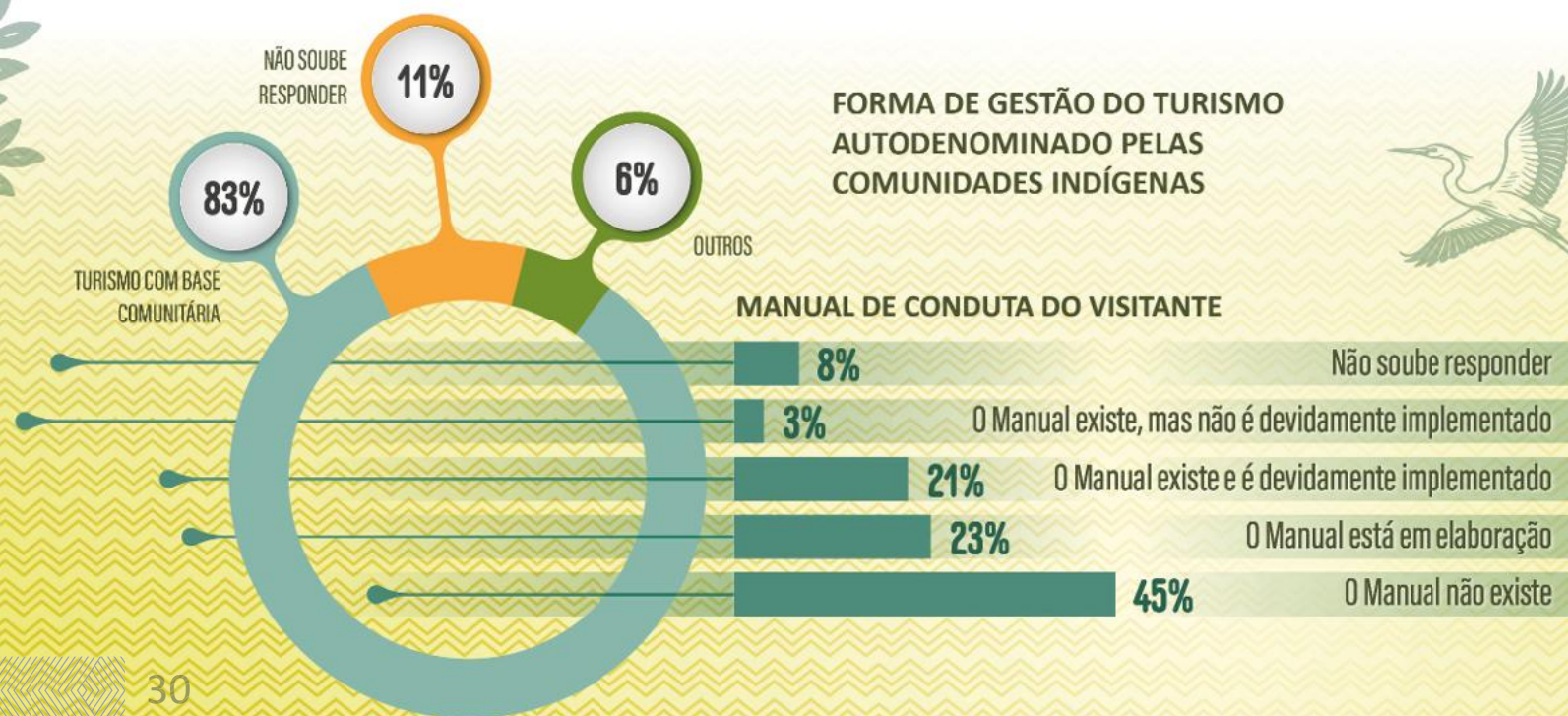
implementado; e 3% possuem o manual, mas sem a devida implementação.

Para um turismo responsável todos têm deveres e compromissos a serem respeitados, inclusive os visitantes, que precisam saber seus limites e as formas de se comportar diante das diferenças cultu-

rais, especialmente quando se trata dos povos originários. Entretanto, essas regras e normas de conduta precisam estar disponíveis e acessíveis.

Além disso, são fundamentais políticas e programas na área do turismo de base comunitária que deem suporte às comu-

nidades indígenas e suas organizações, pois o turismo já é uma realidade nessas comunidades.



# PARCERIAS INSTITUCIONAIS

As parcerias institucionais na área do turismo são importantes para as comunidades indígenas, pois colaboram com: a elaboração de plano de visitação e de manual de conduta; a formalização de organizações comunitárias; a concepção de projetos para captação de recursos; as ações de qualificação, sensibilização e engajamento comunitário; a organização de eventos; a comercialização de experiências turísticas; entre outros.

## PARCEIROS INSTITUCIONAIS DAS COMUNIDADES INDÍGENAS



Os dados revelam que 50% das comunidades possuem parcerias com órgãos públicos, as instituições mais citadas foram: as prefeituras municipais, a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), as secretarias estaduais de turismo; e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

As agências e operadoras de turismo foram citadas como parceiras por 36%, atuantes especialmente na comercialização dos serviços e produtos turísticos das comunidades.

As organizações não-governamentais (ONGs) aparecem em 31% dos casos. Geralmente, as ONGs têm o papel de auxiliar as comunidades na elaboração de planos de visitação, de projetos para captação de recursos e na organização comunitária.

O Sistema S também é uma instituição parceira para 25% das comunidades indígenas envolvidas com turismo, contri-

buindo para a formalização de projetos e empreendimentos das comunidades, qualificação e formas de comercialização. As instituições de ensino e pesquisa são parceiras de 24% das comunidades indígenas envolvidas com o turismo. As parcerias são, sobretudo, com universidades federais e estaduais e institutos federais, que desenvolvem projetos de pesquisa e de extensão voltados, especialmente, para a salvaguarda da cultura e a valorização das práticas sustentáveis.

Por fim, as redes de turismo de base comunitária aparecem em apenas 5% dos casos. As redes são importantes espaços de troca de experiências e de luta pela representatividade das demandas dos povos e comunidades tradicionais nas arenas políticas.



## INÍCIO DA ATIVIDADE TURÍSTICA E ESTÁGIO DE DESENVOLVIMENTO

Ao analisar o ano estimado de início do turismo nas comunidades indígenas, nota-se que é uma realidade relativamente recente para a maioria, visto que, em um universo de 146 casos, 31,7% afirmaram que o início do turismo se deu na década de 2010 e 30,8% a partir de 2020.

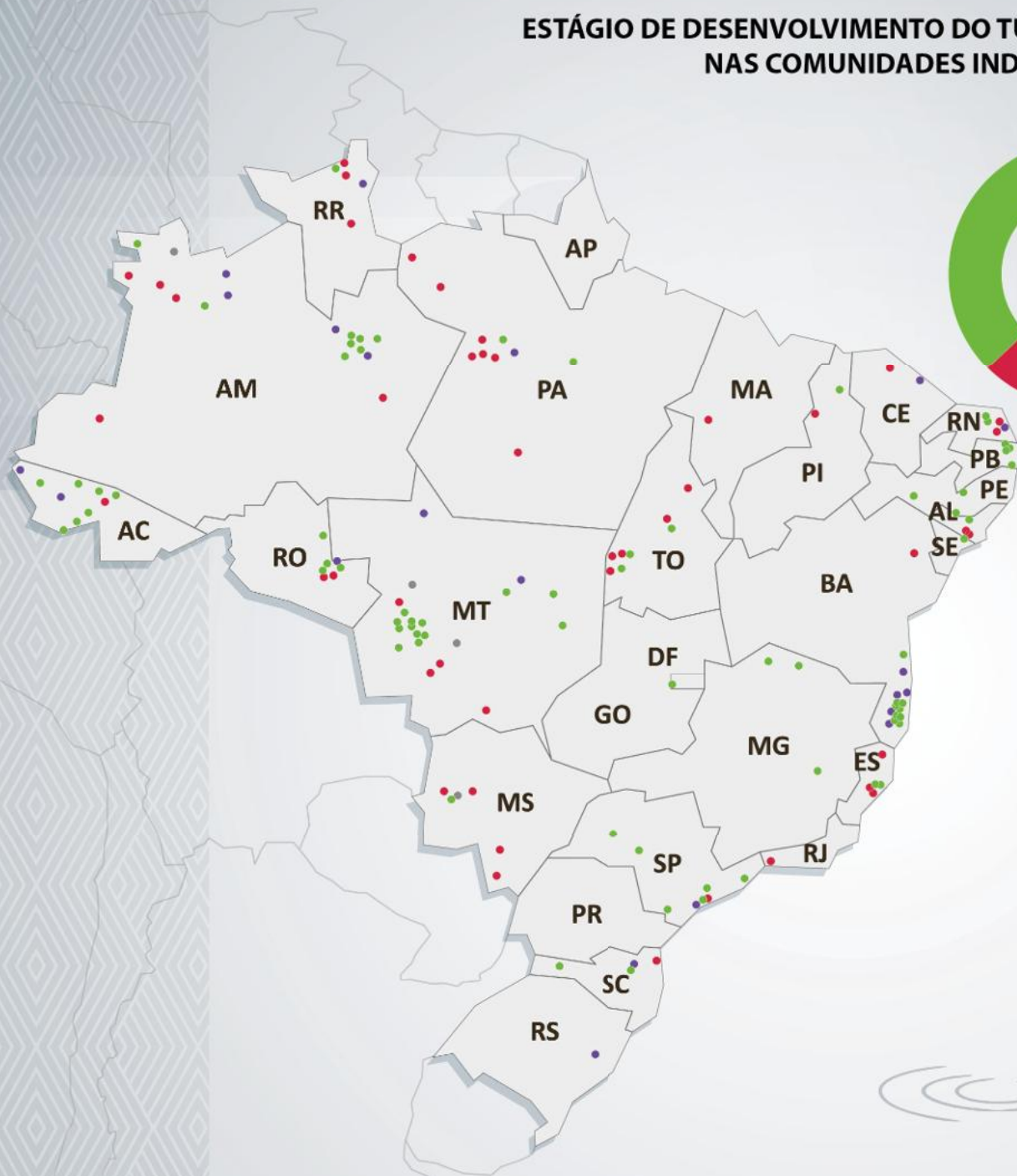
Em relação ao estágio de desenvolvimento da atividade turística na comunidade, 32,2% afirmaram que estão em estágio inicial, 50,7% em desenvolvimento e somente 14,4% consideram que o turismo

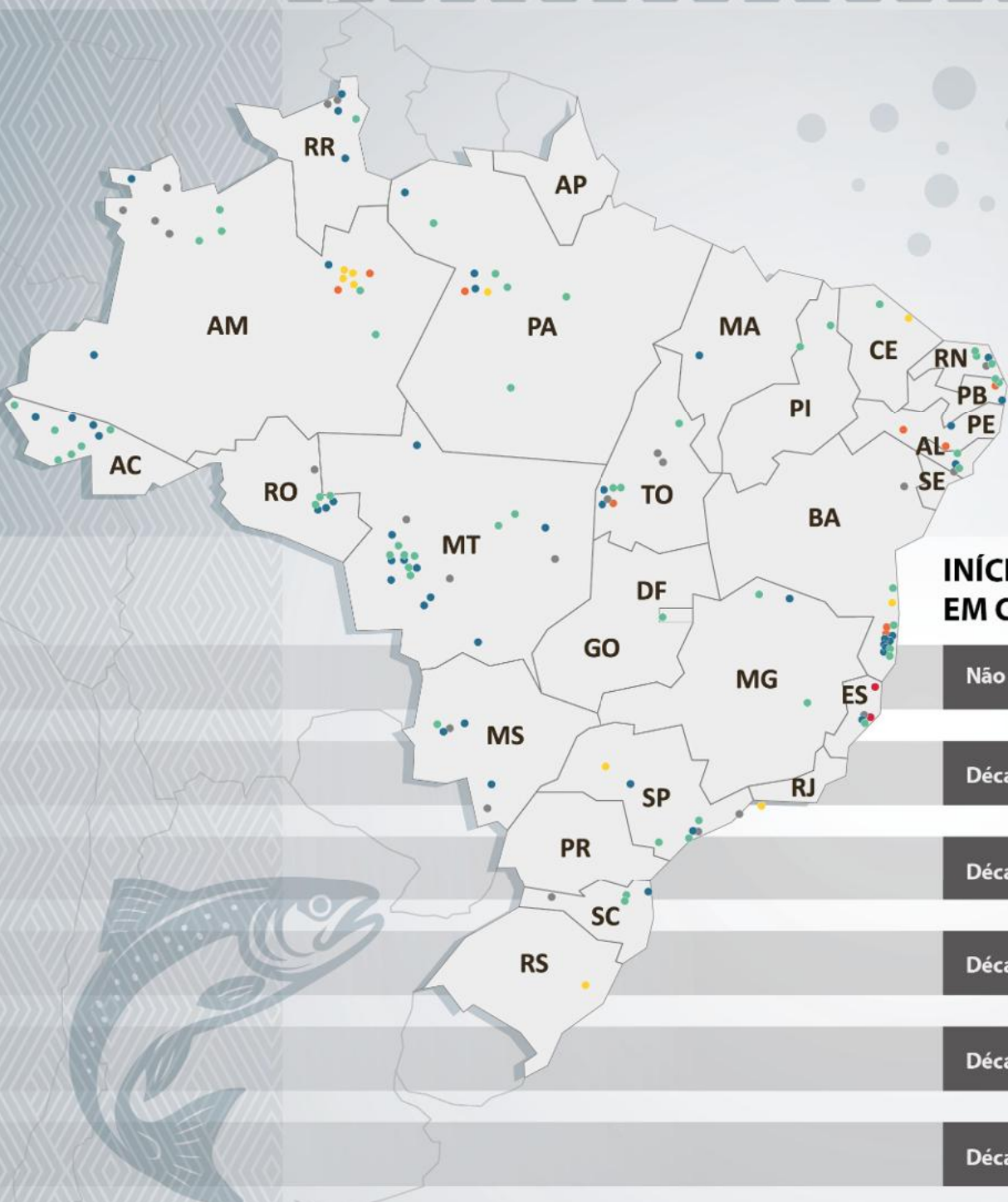
na comunidade está consolidado.

Vale ressaltar que mesmo as comunidades que se envolveram com a atividade turística nas décadas de 1980 e 1990 avaliam que o turismo ainda se encontra em fase inicial ou em desenvolvimento. Essa percepção decorre da dificuldade enfrentada por essas comunidades em manter uma estrutura organizada de experiências e serviços, especialmente devido à baixa frequência de visitantes observada na maioria dos casos.

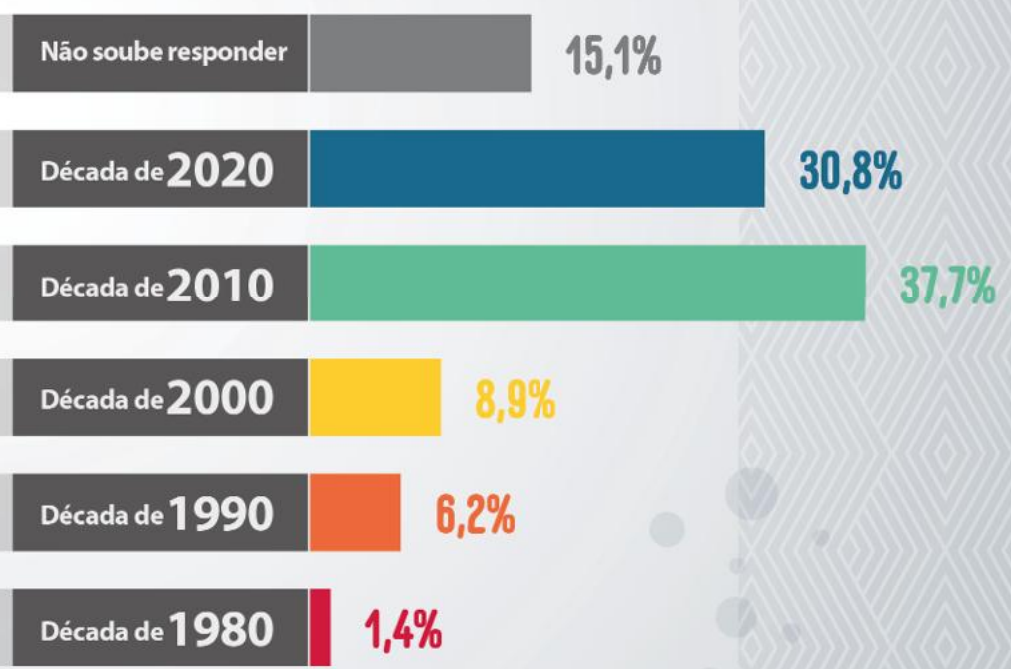
As comunidades que consideram o turismo em fase consolidada estão concentradas no litoral sul da Bahia, nos municípios de Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália, Una e Prado, e no estado do Amazonas, em Manaus, Santa Isabel do Rio Negro e Novo Airão. Outros casos de turismo consolidado estão dispersos em outros estados.

## ESTÁGIO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NAS COMUNIDADES INDÍGENAS





### INÍCIO DA ATIVIDADE TURÍSTICA EM COMUNIDADES INDÍGENAS POR DÉCADA



## VISITANTES, SEGMENTOS E EXPERIÊNCIAS TURÍSTICAS

As comunidades indígenas recebem visitantes oriundos de diferentes localidades: 69% recebem visitantes de municípios próximos, ou seja, regionais; 69% também recebem visitantes de municípios do próprio estado; 78% recebem turistas de diferentes estados do país; e 59,6% também recebem visitantes de outros países.

Em relação aos diversos segmentos turísticos explorados pelas/nas comunidades destacam-se: o etnoturismo (84,3%); o turismo cultural (71,2%); o ecoturismo (45,2%); o turismo pedagógico (35%); o turismo de aventura (29,5%); o turismo

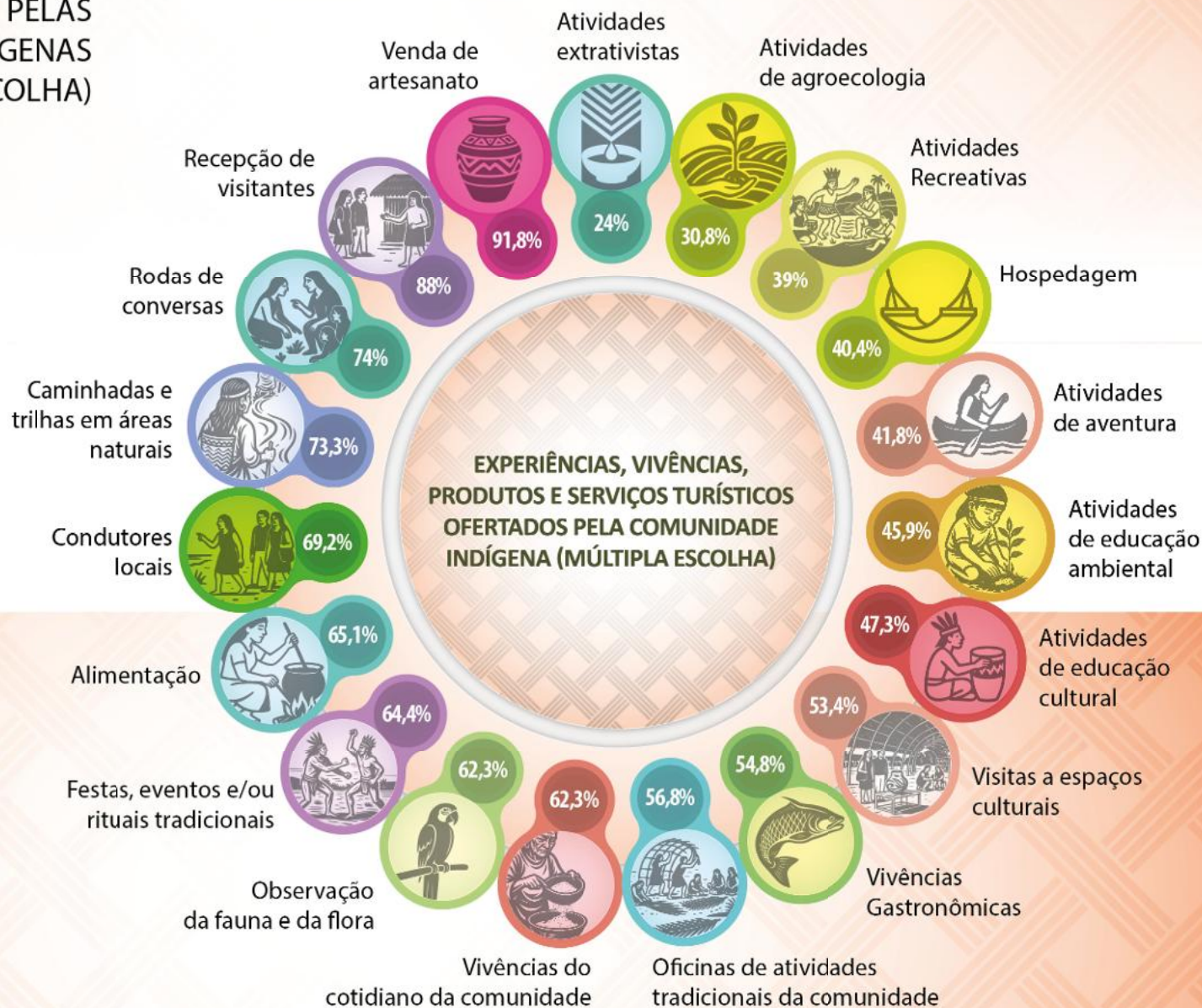
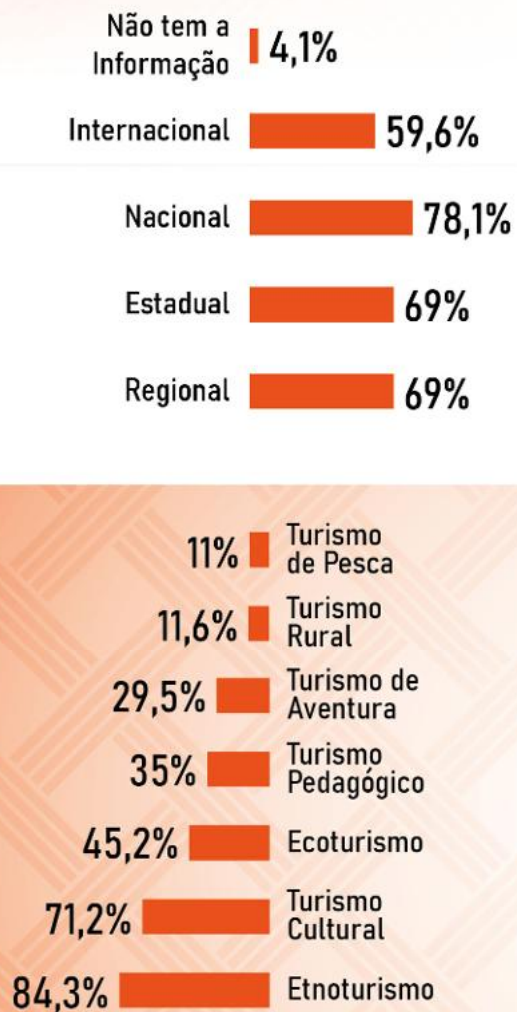
rural (11,6%); e o turismo de pesca (11%). No que se refere à oferta de experiências, produtos e serviços aos visitantes, observa-se que em muitos casos se assemelham, especialmente, na recepção com danças e cânticos tradicionais, rodas de conversa, venda de artesanatos, pinturas corporais e degustação da culinária indígena.

É muito comum, mas em menor proporção, as comunidades realizarem trilhas com os visitantes para a observação da fauna e flora, banhos de rio e rituais de cura, envolvendo defumação, benzimento, banho com ervas, rapé, garrafadas e

chás medicinais. A oferta de hospedagem - principalmente em redes (redários) e, em casos mais raros, em pousadas - está disponível em menos da metade das comunidades analisadas (40%).

A experiência dos visitantes nas comunidades indígenas, geralmente, varia entre 30 minutos e 5 horas. O tempo de duração restringe as possibilidades de uma imersão na realidade e no cotidiano das comunidades, sendo muito mais comum a visita se caracterizar por uma breve passagem, experienciando alguns elementos da cultura indígena e compra de artesanatos.

# EXPERIÊNCIAS, VIVÊNCIAS, PRODUTOS E SERVIÇOS TURÍSTICOS OFERTADOS PELAS COMUNIDADES INDÍGENAS (MÚLTIPLA ESCOLHA)



# AGENTES INTERMEDIÁRIOS E CANAIS DE COMUNICAÇÃO

Os dados do mapeamento revelam que em 37,6% das comunidades a visitação ocorre sem qualquer intermediação externa. Nestes casos, o contato ocorre diretamente entre visitantes e comunidades indígenas. Dentre as comunidades em que a visitação ocorre por meio de agentes intermediários, observa-se um cenário diversificado de atores envolvidos. As agências e operadoras turísticas representam o principal canal de intermediação, responsáveis por 33,6% dos casos, o que evidencia uma organização estruturada desde o polo emissor, com contatos estabelecidos antes mesmo da chegada dos visitantes.

Em seguida, destacam-se os guias e condutores externos às comunidades, que atuam em 26% das situações, sugerindo uma mediação que ocorre predominantemente no polo receptor.

As organizações não-governamentais (ONGs) também desempenham um papel de intermediação da visitação turística em 11,6% dos casos.

O principal canal de comunicação e divulgação do turismo das comunidades indígenas é, para a maioria (55%), o Instagram. Essa plataforma digital serve como vitrine tanto através de perfis oficiais - criados especificamente para divulgar a atividade turística na comunidade - quanto por meio de contas pessoais de membros das aldeias, que comparti-

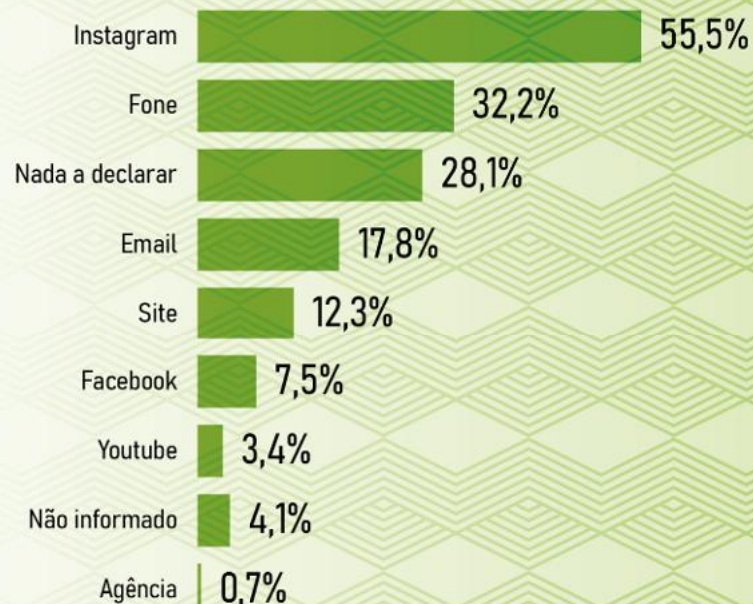
Iham espontaneamente os atrativos culturais, as belezas naturais e as experiências oferecidas por sua comunidade.

Em segundo lugar aparece o contato telefônico (32,2%) como importante canal de comunicação, sendo o WhatsApp o aplicativo mais utilizado para essa finalidade. No entanto, é importante ressaltar que essa forma de comunicação apresenta limitações significativas em muitas comunidades, especialmente nas mais remotas, onde a instabilidade ou mesmo a ausência de sinal de telefonia e internet dificultam ou impossibilitam o contato.

Outras plataformas, como Facebook e Youtube, são menos comuns como canais de divulgação, com 7,5% e 3,4% respectivamente. E somente 12,3% possuem site oficial para a divulgação do turismo em suas respectivas comunidades.

Considerando que a maioria das iniciativas é da década de 2010 e 2020 e se consideram em estágio inicial ou em desenvolvimento, nota-se com esses resultados sobre os canais de comunicação e divulgação uma situação de muito amadorismo, com raras iniciativas preparadas para uma comercialização autogestionada, com agências de receptivo próprias.

### CANAIS DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO TURISMO PELAS COMUNIDADES INDÍGENAS (MÚLTIPLA RESPOSTA)



### AGENTES INTERMEDIÁRIOS DA COMERCIALIZAÇÃO DO TURISMO (MÚLTIPLA RESPOSTA)



# BENEFÍCIOS GERADOS PELO TURISMO

Em relação aos benefícios gerados pelo turismo nas comunidades indígenas, é importante evidenciar que a imensa maioria dos respondentes (91,2%) relatou benefícios oriundos da atividade turística para a comunidade. Apenas 8,8% dos respondentes não relataram nenhum benefício.

Na “nuvem de palavras” é possível observar as 50 palavras mais utilizadas pelos respondentes ao descrever os benefícios do turismo.

O principal benefício mencionado é a geração de “renda”. Essa interpretação se associa normalmente à “venda” de “artesanato”, principal “produto” comercializado pelas comunidades ao visitante.

Também destacam a “economia” do turismo como geradora de “emprego” para

“famílias”, especialmente para os “jovens” - que por vezes migram para outras regiões em busca de trabalho.

Outros benefícios que se voltam para a “comunidade” estão diretamente relacionados ao “fortalecimento” e “valorização” da “cultura”, com a oferta de “atividades” que dão “visibilidade” à “identidade” “indígena” e sua “ancestralidade”.

Quando se referem ao meio ambiente, as comunidades indicam o apoio do turismo na “preservação”, “proteção” e “conscientização” sobre a “natureza”, com resultados baseados na “sustentabilidade” socioeconômica e “ambiental”.

Quanto aos benefícios ligados à qualidade de vida, foram sinalizadas melhorias na área da “educação” e “saúde” “comunitária”. Outro aspecto bastante destaca-





mente por “visitantes”. O “turista” por vezes não age com “respeito” o que ocasiona “impacto” no “meio” “ambiente” e em seus “recursos” naturais. Diferentes respondentes alertam sobre o “aumento” “excessivo” de turistas em áreas sensíveis (sobrecarga do “recurso” natural). Problemas no contato entre visitantes e visitados também ocorrem. “Práticas” “tradicionais”, “cultura” e “modo” de

“vida” indígena não são por vezes respeitados pelos turistas.

Alguns respondentes apontam diversos “conflitos” “internos” e externos (“empresas”) na “comercialização” e “implementação” de projetos de consultoria em turismo. Outros apontam grande “dependência” de comunidades quanto à renda advinda do turismo.

A palavra “falta”, a segunda mais citada,

abre espaço para diversas carências. Entre elas, é possível citar a falta de “apoio” na organização das “estruturas” (“estrutura” “física”) - por vezes precárias, além de necessária responsabilidade de alguns setores e consultores do turismo. A palavra “recurso” (“recursos”) reaparece e ganha o sentido de dificuldades financeiras para ordenar o espaço para atender os visitantes.

# DEMANDAS DAS COMUNIDADES PARA DESENVOLVER O TURISMO RESPONSÁVEL

Após descreverem os benefícios e os problemas gerados pelo turismo, as comunidades apontaram suas demandas para desenvolver o turismo de forma mais responsável e sustentável, em uma relação de 14 opções.

Em primeiro lugar, a demanda mais apontada (76,7%) refere-se à “captação de recursos financeiros para desenvolver seus empreendimentos”. As comunidades alegam dificuldades financeiras para construir e/ou manter estruturas para a recepção de visitantes, assim como para a compra de materiais, inclusive para o artesanato.

Em segundo lugar, com maior ocorrência, está a demanda por ações “qualificação e capacitação” (74,6%). As comunidades não se sentem, muitas vezes, preparadas para receber visitantes, precificar os produtos e serviços, realizar a comercialização direta, promover e divulgar seus atrativos, portanto precisam de apoio nesse sentido.

Desta forma, em terceiro e quarto lugares, aparece a demanda por “apoio na área de promoção/divulgação turística” (70,5%) e na “comercialização de produtos e serviços” (69,9%).

Ainda para a grande maioria dos casos, é necessária a “ampliação do engajamento da comunidade na atividade turística” (69,2%) e a “resolução de problemas de infraestrutura básica” (65,7%).

Assim como apontado nos relatos sobre os problemas gerados pelo turismo, nas demandas segue a importância da “resolução de problemas ambientais (lixo, desmatamento, poluição etc)” (56,8%). Mas cabe ressaltar que, em geral, as comunidades indígenas têm problemas com a gestão do seu próprio lixo, por conta muitas vezes da inexistência de serviços de coleta de lixo em seus territórios.

A demanda por “inclusão digital – acesso a equipamentos e internet” (56,1%) também é posta pela maioria das comunidades, tendo em vista a relevância da internet para a comunicação, divulgação e comercialização turística.

Para metade das comunidades, é preciso ter maior “regularidade dos fluxos turísticos” (55,5%), para que o turismo possa

contribuir com a geração de renda na comunidade sem grandes oscilações.

As demandas por “apoio na formatação de produtos e serviços/roteiros” e “conscientização e educação cultural e ambiental por parte dos visitantes” aparecem empatadas com 52,7%, acompanhadas por “parcerias institucionais mais justas e transparentes” (50%).

As duas necessidades menos demandadas pelas comunidades indígenas são “resolução de conflitos territoriais” (26,7%) e “resolução de problemas de violência e insegurança” (15%). Provavelmente, isso se deve ao fato de a grande maioria das comunidades identificadas pela pesquisa estar situada em terra indígena homologada, como visto anteriormente.

## DEMANDAS DAS COMUNIDADES INDÍGENAS PARA DESENVOLVER O TURISMO DE FORMA MAIS RESPONSÁVEL E SUSTENTÁVEL (MÚLTIPLAS OPÇÕES)

Captação de recursos financeiros para desenvolver seus empreendimentos



Regularidade dos fluxos turísticos

Qualificação e capacitação



Apoio na formatação de produtos e serviços/roteiros

Apoio na área de promoção/divulgação turística



Conscientização e educação cultural e ambiental por parte dos visitantes

Apoio na comercialização de produtos e serviços



Parcerias institucionais mais justas e transparentes

Ampliação do engajamento da comunidade na atividade turística



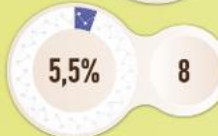
Resolução de conflitos territoriais

Resolução de problemas de infraestrutura básica



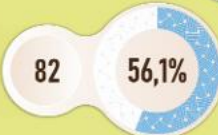
Resolução de problemas de violência e insegurança

Resolução de problemas ambientais (lixo, desmatamento, poluição etc.)



Não soube responder

Inclusão digital – acesso a equipamentos e internet





## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mapeamento revelou um cenário dinâmico e complexo do turismo em comunidades indígenas, possibilitando identificar avanços, desafios e oportunidades para o desenvolvimento do Turismo Responsável envolvendo os povos originários.

O turismo em comunidades indígenas no Brasil apresenta-se como uma atividade em expansão, mas que ainda enfrenta desafios estruturais para se consolidar como instrumento de desenvolvimento sustentável para as comunidades. Os dados revelam um cenário marcado por contradições: enquanto a maioria das

iniciativas se autodeclara como Turismo de Base Comunitária (82,9%), na prática, persistem lacunas significativas em infraestrutura, capacitação e mecanismos de gestão autônoma.

Os dados do mapeamento evidenciam que a maioria das iniciativas (62,5%) surgiu a partir de 2010, indicando um movimento recente de inserção das comunidades indígenas no turismo, com destaque para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Cerca de 93 etnias (24% do total no país) estão envolvidas com turismo, especialmente em Terras Indígenas homologadas (63%), demonstrando a

riqueza cultural e a conexão com os territórios tradicionais. Além disso, 91,2% das comunidades identificam impactos positivos do turismo, como geração de renda (via artesanato e experiências culturais), fortalecimento identitário, valorização cultural, preservação ambiental e redução do êxodo juvenil.

Por outro lado, ainda há desafios, tais como: a carência de recursos para estruturar os empreendimentos indígenas; a dificuldade na gestão dos resíduos sólidos; a fragilidade na comunicação e comercialização; a demanda por qualificação e capacitação; a dependência de

parceiros institucionais disponíveis para os processos de planejamento e elaboração de planos de visitação e manual de conduta; o número reduzido de agências, transporte e pousadas geridas pelas comunidades indígenas, aumentando a dependência de agentes intermediários nos processos de comercialização, entre outros.

Para transformar esse cenário, é imprescindível um esforço coordenado entre poder público, comunidades e parceiros.

A simplificação de mecanismos de financiamento, a capacitação contínua em gestão turística e o apoio técnico são passos fundamentais. Paralelamente, campanhas de educação turística são vitais para promover visitas responsáveis, que respeitem culturas e ambientes.

O turismo indígena não pode ser visto como panaceia para os desafios dessas comunidades, mas sim como uma ferramenta a serviço de seus projetos de vida. Seu sucesso dependerá da capacidade de

conciliar geração de renda com a proteção de territórios, saberes tradicionais e autonomia decisória. Os dados desta pesquisa oferecem um mapa para essa jornada - cabendo agora a todos os atores envolvidos transformar diagnósticos em ações concretas, guiadas pelo protagonismo indígena.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA IBGE. **Censo 2022**: Brasil tem 391 etnias e 295 línguas indígenas. Agência IBGE Agência Notícias, 24 out. 2025. Disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/44848-censo-2022-brasil-tem-391-etnias-e-295-linguas-indigenas#:~:text=Dados%20do%20Censo%20Demogr%C3%A1fico%202022,\)%20e%20Makux%C3%AD%-20\(53.446\)](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/44848-censo-2022-brasil-tem-391-etnias-e-295-linguas-indigenas#:~:text=Dados%20do%20Censo%20Demogr%C3%A1fico%202022,)%20e%20Makux%C3%AD%-20(53.446)

BRASIL. **Decreto n. 1.775, de 8 de janeiro de 1996**. Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências. 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d1775.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1775.htm).

BRASIL. **Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal,

institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. 2000. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9985.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm).

BRASIL, Ministério do Turismo. **Turismo Responsável no Brasil**. Natal: SEDIS-UFRN; Brasília: Ministério do Turismo, 2023.

FIOCRUZ. **Glossário de Termos Indígenas**. Agência Fiocruz de Notícias, 2 fev. 2023. Disponível em: <https://agencia.fiocruz.br/glossario-de-terminos-indigenas>.

FUNAI. **Instrução Normativa n. 3, de 11 de junho de 2015**. Estabelece normas e diretrizes relativas às atividades de visitação para fins turísticos em Terras Indígenas. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/arquivos/conteudo/ascom/2015/doc/jun-06/in-03-2015.pdf>.

FUNAI. Sistema Indigenista de Informações. **Aldeias**. s/d. Disponível em: [http://sii.funai.gov.br/funai\\_sii/informacoes\\_indigenas/visao/visao\\_aldeia\\_indigenas.wsp#:~:text=A%20aldeia%20C3%A9%20a%20unidade,%C3%A9%20pr%C3%B3pria%20de%20cada%20comunidade](http://sii.funai.gov.br/funai_sii/informacoes_indigenas/visao/visao_aldeia_indigenas.wsp#:~:text=A%20aldeia%20C3%A9%20a%20unidade,%C3%A9%20pr%C3%B3pria%20de%20cada%20comunidade).

GUAJAJARA, M. J. D. S. B.; SANTOS, S. C. Tecidos, linhas e agulhas: mulheres indígenas e a “costura” de interlocuções no contexto da pandemia. **Vukápanavo Revista Terena**, v. 3, p. 103-114, 2020.

IBGE. **Censo Demográfico 2022 Indígenas: primeiros resultados**. 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102018.pdf>.

IBGE. **Censo 2010: população indígena é de 896,9 mil, tem 305 etnias e fala 274 idiomas**. Agência IBGE Notícias, 10 ago. 2012. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14262-asi-censo-2010-populacao-indigena-e-de-8969-mil-tem-305-etnias-e-fala-274-idiomias>.

IBGE. **O Brasil indígena**. 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/arquivos/conteudo/ascom/2013/img/12-dez/pdf-brasil-ind.pdf>.

ICMBIO; FUNAI. **Instrução Normativa Conjunta com diretrizes e procedimentos para a autorização e ordenamento da visitação com fins turísticos em territórios indígenas sobrepostos com Unidades de Conservação federais**. Participa + Brasil, 2024.

Disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/instrucao-normativa-diretrizes-procedimentos-fins-turisticos-em-territorios-indigenas-conservacoes-federais>.

ISA. Instituto Socioambiental. **Organizações indígenas**. s/d. Disponível em: [https://pib.socioambiental.org/pt/Organiza%C3%A7%C3%B5es\\_ind%C3%ADgenas](https://pib.socioambiental.org/pt/Organiza%C3%A7%C3%B5es_ind%C3%ADgenas).

ISA. Instituto Socioambiental. **Situação das Terras Indígenas**. 2025. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/>.

KRENAK, A. Paisagens, territórios e pressão colonial. **Espaço Ameríndio**, v. 9, n. 3, p. 327-327, 2015. <https://www.seer.ufrgs.br/EspacoAmerindio/article/view/61133>.

SOARES, A. M. P. S. Mulheres Originárias: Reflexões com movimentos de indígenas mulheres sobre as existências e inexistências de feminismos indígenas. **Cadernos de Campo** (São Paulo -1991), v. 30, n. 2, 2021.

**A sua comunidade não apareceu  
nesse mapeamento?**

**Envie a sua colaboração  
respondendo ao formulário  
disponível no QR Code abaixo:**



# BRASIL

TURISMO RESPONSÁVEL 



MINISTÉRIO DO  
TURISMO

